

O Curso de Licenciatura em Direito do ISMAT

ANA LUÍSA BALMORI PADESCA *

Com este primeiro número de JURISMAT – Revista Jurídica, coordenada pelo Professor Doutor Alberto de Sá e Mello, inicia-se no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes a publicação periódica e a divulgação de trabalhos de pesquisa na área do Direito. É mais um contributo do ISMAT para o crescimento e desenvolvimento do Algarve, através da divulgação de estudos de investigação em diferentes áreas jurídicas.

O ISMAT, ciente da sua função enquanto estabelecimento de ensino superior universitário, tem diligenciado no sentido de melhorar e alargar, pouco a pouco, não só a oferta de cursos superiores com qualidade, indispensáveis para a formação de profissionais, mas também a sua intervenção activa na sociedade algarvia, nomeadamente através da apresentação e discussão de temas actuais, debatidos em Colóquios, Conferências e Seminários.

Com a publicação desta Revista Jurídica, o ISMAT propõe-se agora manter informados os profissionais do Direito sobre os trabalhos de investigação desenvolvidos nesta Instituição, criando assim uma plataforma de divulgação de estudos e pesquisas, tanto aquelas realizadas por docentes desta Instituição, como por outros especialistas convidados, e inclusivamente por alguns dos nossos alunos, contribuindo assim para a discussão de temas relevantes e actuais para esta área científica.

Foi com muito prazer que aceitei o desafio do Professor Doutor Alberto de Sá e Mello para escrever, no primeiro número da Revista Jurídica do ISMAT, algumas linhas de apresentação do Curso de Licenciatura em Direito.

* Directora do Curso de Licenciatura em Direito, ISMAT.

Estando ligada a este estabelecimento de ensino do Grupo Lusófona desde 1992, acompanhei pois o seu nascimento, implantação, evolução e crescimento, e sinto-me muito honrada por pertencer ao mesmo.

Após a homologação, em 2007, do Curso de Licenciatura em Direito, através do Despacho n.º 26970-C/2007, deu-se início a uma nova fase na vida do ISMAT. Com a obtenção do grau de licenciado em Direito por parte dos seus primeiros alunos já em 2010, tornou-se realidade no Algarve a formação de juristas, que de outra forma, e na maioria dos casos, não teriam a possibilidade de o fazer, por impossibilidade de se deslocarem para fora da nossa Região.

O Curso iniciou o seu primeiro ano lectivo em 2007-2008, de acordo com o processo de Bolonha, e contando com um grupo de professores altamente qualificado, com larga experiência tanto docente como profissional. A Declaração de Bolonha de 19 de Junho de 1999 marca, sem dúvida, uma mudança quanto às políticas ligadas à educação no ensino superior. Reconhecendo a importância da educação para o desenvolvimento sustentável, veio criar um verdadeiro espaço de ensino europeu.

O ensino do Direito em Portugal deverá, pois, acompanhar estas mudanças, impostas por um contexto plural de fontes jurídicas, e pela globalização do mercado de serviços na área Jurídica.

Daí a grande importância dada pelo ISMAT às componentes tanto de Direito da União Europeia, como de Direito Internacional nos *curricula* dos seus cursos.

O Curso de Licenciatura em Direito encontra-se estruturado por um conjunto diversificado de unidades curriculares, com objectivos concretos. Com uma duração de oito semestres (quatro anos), confere o grau de licenciado em Direito. Durante estes quatro anos é assegurada uma formação completa, dando especial importância ao desenvolvimento das capacidades do aluno não só a nível da sua aprendizagem como também da comunicação oral e escrita.

A componente prática é fundamental, sendo, desde o início, os alunos preparados a resolver trabalhos e casos práticos, não só individualmente como em grupo. A avaliação procura ser rigorosa, tendo um peso igual tanto a componente teórica como a prática, tanto a avaliação oral como a escrita.

Esta formação permite o acesso às carreiras jurídicas tradicionais (Advocacia, Registos e Notariado, Magistratura, etc.), constituindo também um possível acesso a outras áreas de actividade, nos domínios da Administração Pública, Carreira Diplomática, Contencioso de Empresas, Carreira Académica, Organismos Internacionais, da Investigação, etc. No entanto, o exercício de profissões forenses tanto em Portugal como no estrangeiro está condicionada na maior parte dos Estados à inscrição

prévia nas ordens ou Colégios profissionais respectivos, e por vezes também a exames e estágios.

O corpo docente, diversificado e de qualidade, é composto por Professores de carreira, Docentes com larga experiência profissional, e por Professores de outras áreas científicas, tais como Economia, História, etc.

Uma das nossas prioridades é a preparação dos nossos alunos para o actual mundo global. As componentes do Direito Europeu e do Direito Internacional, tanto Público como Privado, fazem parte do nosso Plano de Estudos. Temos disciplinas leccionadas por Professores estrangeiros de outras Universidades, e damos a possibilidade aos nossos discentes de frequentarem durante um semestre, no estrangeiro, o seu Curso, ao abrigo do Programa Erasmus. A formação em áreas tão importantes como as da Filosofia do Direito, do Direito Romano e da História do Direito, são consideradas essenciais para a formação de todo bom jurista.